

**A. F. Nº.** - 281392.0032/25-0  
**AUTUADA** - MARCELA MACHADO SCUBELER MALTEZ HASSA  
**AUTUANTE** - PAULO CÂNCIO DE SOUZA  
**ORIGEM** - DAT METRO / INFAZ ITD  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET 25/07/2025

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0175-02/25-VD

**EMENTA:** ITD. TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. É devido o Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos. Existência de fato gerador do imposto. Infração elidida mediante comprovação de a) ilegitimidade ativa do estado da Bahia; b) tempestivo recolhimento do imposto ao estado de São Paulo, onde os doadores são domiciliados Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Lavrado em 09/04/2025, o Auto de Infração exige ITD / Imposto sobre Transmissão e Doações, no valor de R\$ 111.720,00, acrescido da multa de 60%, pela falta de recolhimento ou recolhimento a menos do ITD incidente sobre partilha de herança “causa mortis” de direitos reais sobre imóveis, a partir dos dados relativos a doações recebidas no período fiscalizado, informados pela Receita Federal através de Convênio de Cooperação Técnica com a SEFAZ/Ba, em cumprimento da O.S. 500923/25 (Infração 041.001.001).

A Impugnante apresenta Defesa às fls.15/17. Após sintetizar os fatos, ainda que reconheça o valor da exação fiscal, registra: a) a ilegitimidade ativa da Bahia; b) tempestivo recolhimento do valor da exação ao estado de São Paulo, em que os doadores são domiciliados, conforme espelho da Declaração de Imposto de Renda e comprovantes anexados (Anexos fls. 18-48, dos autos).

Por sua vez, na consequente Informação Fiscal de fls. 54-55, a autoridade fiscal autuante registra a pertinência dos argumentos defensivos e que os elementos de prova apresentados pela Impugnante confirmam o estado de São Paulo como o sujeito ativo da relação jurídico tributária e opina pela improcedência do Auto de Infração.

## VOTO

O Auto de Infração em exame, formaliza a constituição de crédito tributário de Imposto sobre Transmissões “causa mortis” e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD ou simplesmente ITD), em decorrência de falta de recolhimento do imposto incidente sobre heranças e doações de qualquer natureza.

No que tange às questões formais, verifico estarem presentes os pressupostos de validade processual, não faltando requisitos essenciais na lavratura do Auto de Infração, encontrando-se definidos o sujeito passivo, o montante devido e o fato gerador do débito tributário. Portanto, o lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente, estão regulares e aptos para produção dos efeitos legais.

O ITD, Imposto sobre transmissão “causa mortis” e doação de quaisquer bens e direitos, também conhecido como imposto de herança e de doação, decorre da abertura de sucessão hereditária para o caso de transferência de patrimônio em razão de morte ou ainda, em consequência de

cessão por ato de liberalidade e generosidade, no caso de transferência de patrimônio (móveis ou imóveis) em razão de doação pura e simples, entre pessoas vivas.

Tem previsão no art. 155, inciso I, da Constituição Federal e é de competência dos Estados e Distrito Federal, cabendo-lhes promover sua cobrança em relação à transmissão da propriedade de imóvel situado nos respectivos territórios, como também de bens móveis (dinheiro, automóveis, etc.), na localidade em que se encontra o doador. No Estado da Bahia foi editada a Lei nº 4.826, de 27 de janeiro de 1989.

O Decreto nº 2.487, de 16 de junho de 1989, que regulamenta a cobrança do Imposto sobre Transmissão “causa mortis” e doação de quaisquer bens ou direitos (ITD), estabelece a incidência, conforme abaixo:

*Art. 1º O Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e doação de quaisquer bens e direitos - ITD, incide nas transmissões “Causa Mortis” e na doação, a qualquer título de:*

*(...)*

*II - Direitos reais sobre imóveis.*

O prazo para recolhimento do imposto ora discutido consta nos artigos 39 e 40 do Decreto nº 2.487 de 16 de junho de 1989, que com seus pertinentes destaques, reproduzo:

*Art. 39. Nas transmissões por instrumento público entre vivos sujeitas ao ITD o imposto será pago antes da lavratura do ato ou contrato.*

*Art. 40. Nas demais hipóteses o prazo será de 30 (trinta) dias contados:*

*a) da lavratura do instrumento particular da transmissão sujeita ao ITD;*

*b) nos casos de arrecadação do imposto em processo judicial, da publicação da sentença que julgue os cálculos, ou da publicação de decisão judicial que determine o recolhimento do imposto em arrolamentos, separações judiciais, divórcios, **partilhas**, e demais processos;*

*c) da data em que se tornar imutável, na via administrativa, a decisão que julgar a impugnação ou recurso;*

*d) antes da tradição nas transmissões verbais por ato entre vivos sujeitas ao imposto.*

*Parágrafo único. Os prazos previstos neste artigo vencerão sempre antes da tradição ou do registro no Cartório de Imóveis competente, ainda que isso ocorra antes de expirado os referidos prazos.*

Nas razões defensivas, ainda que admitindo o valor da exação, a Impugnante registrou: a) a ilegitimidade ativa da Bahia; b) tempestivo recolhimento do valor da exação ao estado de São Paulo, em que os doadores são domiciliados, conforme, conforme espelho da Declaração de Imposto de Renda e comprovantes anexados (Anexos fls. 18-48, dos autos).

Por sua vez, na consequente Informação Fiscal de fls. 54-55, a autoridade fiscal autuante confirmou a pertinência dos argumentos defensivos e que os elementos de prova apresentados pela Impugnante confirmam o estado de São Paulo como o sujeito ativo da relação jurídico tributária.

Portanto, superado o contraditório que deu azo ao processo administrativo em apreço, é de se constatar a insubsistência da acusação fiscal.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **281392.0032/25-0**, lavrado contra **MARCELA MACHADO SCUBELER MALTEZ HASSA**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 14 de julho de 2025.

JORGE INÁCIO DE AQUINO - PRESIDENTE/RELATOR

ZILRISNAIDE MATOS FERNANDES PINTO - JULGADORA

JOSE CARLOS COUTINHO RICCIO - JULGADOR

